PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL
DO MUNICIPIO DE BETIM
Dia 13/09/2018
Edição: 1635
Assinatura Servidor Matrícula:

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos oito dias do mês de junho de 2018, na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasiléia – Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência – CMP, nomeados conforme o Decreto nº. 40850 de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Ellen Ises Mendes – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo; 3) Cirilo Moreira Júnior – titular representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 6) José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 7) Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e 8) Sérvio Tulio Sendin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo Ipremb, a senhora Letícia Fonseca de Paula Lima – Presidente; a senhora Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva; a senhora Alessandra Cassimiro Drumond; a senhora Isabela Lara Ferreira-Auditora e a senhora Helenice Quaresma Silva, que foi designada para secretariar o Ato. Tão logo constatado o quórum necessário, às 09h20min iniciou-se a sessão. A Presidente do CMP Ellen Ises abre a sessão, inicialmente citando os itens que foram definidos como pauta: 1) Apresentação da nova Presidente do Ipremb; 2) Assinatura de atas de reuniões anteriores; 3) Considerações gerais. Solicitou ainda, espaço para esclarecer sobre o requerimento feito por meio de ofício pelo SINDUTE, do encaminhamento do Relatório Técnico Conclusivo elaborado pela Comissão Especial de Averiguação, nomeada pelo executivo para averiguar a situação e aplicações financeiras do Ipremb, face à operação Encilhamento da Polícia Federal. Passa o momento à apresentação da Presidente do Ipremb Letícia. A Presidente do Ipremb Letícia faz a sua apresentação pessoal e solicita acrescentar na pauta a proposta de reforma administrativa do Instituto. A Presidente do CMP Ellen pergunta se a inclusão na pauta seria somente a apresentação ou se já seria com o objetivo de deliberação. O conselheiro Sérvio Tulio pergunta se a proposta de reforma administrativa já estava prevista anteriormente ou se é proposta pela nova presidência. A Presidente do Ipremb Letícia responde que surge da necessidade que foi percebida de reestruturação de alguns setores dentro do

Instituto. O conselheiro Cirilo questiona se haverá criação de novos cargos, se ocorrerá aumento de despesa. A Presidente do Ipremb Letícia responde que é proposta a criação de novos cargos em comissão. A conselheira Margareth pergunta quando ocorreu a último concurso público. A Auditora Isabela responde que o último concurso público realizado foi no ano de 2012. A Presidente do Ipremb Letícia esclarece que a proposta prevê renomeação e criação de seções, e decorre da necessidade de adaptação para bom andamento do serviço. Prevê mudanças na Auditoria, com a criação de uma Seção de Compliance, buscando um melhor acompanhamento das atividades, bem como uma Seção de Gestão de Risco e cita como exemplo a questão da consultoria contratada para realização da reavaliação do cálculo atuarial, pondera que não podemos ficar totalmente dependentes da referida consultoria; fala da necessidade de alteração na estrutura da Divisão de Contabilidade, devendo separar o financeiro das demais atividades; comenta que estamos com nossa parte de comunicação falha e esta seria outra área constante na proposta. O conselheiro Mauro Reis sugere que a proposta da reforma administrativa seja encaminhada para os membros do Conselho e após análise individualizada seja submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária. A conselheira Margareth pede a palavra e faz algumas ponderações. Fala sobre o choque sentido com a destituição do ex-Presidente do Ipremb Renato Lanza; pergunta se a Presidente Letícia assumiu o cargo de forma definitiva, tendo em vista ter havido comentários à época da destituição do ex-Presidente do Ipremb Renato Lanza, de que a mesma assumiria interinamente; agradece a nova Presidente por ter aceitado assumir o cargo, se diz muito satisfeita pela escolha da pessoa da Letícia como Presidente; oferece apoio e deseja boa sorte em sua gestão à frente do Instituto; finaliza dizendo que torce pela boa gestão do Instituto, independente de quem esteja como gestor do mesmo. A Presidente do Ipremb Letícia responde que foi nomeada para assumir o cargo de Presidente; pondera que a natureza do cargo é de livre nomeação e exoneração; comenta que a proposta de reforma administrativa para o Instituto foi feita de forma muito enxuta, que a intenção é de priorizar a ocupação dos cargos por servidores efetivos, fazendo com que haja maior responsabilização dos mesmos pelas funções que desempenham, a proposta é de criação de cargos com funções claras, com criação de atribuições de cada um e que o servidor que ocupar determinado cargo, realmente responda por ele. Finaliza dizendo que a reforma tem propósito de trazer maior eficácia para a estrutura administrativa do Instituto. Informa que enviará a proposta para os conselheiros via email, para análise e posterior aprovação. A conselheira Margareth deseja boa sorte novamente à Presidente do Ipremb Letícia e se diz a favor da reforma desde que os cargos criados sejam ocupados por servidores

efetivos. O conselheiro Cirilo comenta que outra possiblidade seria a função gratificada e explica a diferença entre esta e o cargo de provimento em comissão. A Presidente do Ipremb Letícia pondera que dessa maneira ficaria muito limitado. A presidente do CMP Ellen Ises pergunta se essa discussão pode ser deixada para a próxima reunião. Diante da urgência em se definir a reforma, com a concordância dos conselheiros presentes, a reunião ordinária do mês de junho é antecipada do dia 29 de junho para o dia 15 de junho de 2018. O conselheiro Sérvio Tulio pergunta sobre o Relatório Técnico Conclusivo. A Presidente do CMP Ellen Ises primeiramente cumprimenta a Presidente do Ipremb Letícia e agradece por aceitar assumir a gestão do Instituto; fala que o Ipremb é importante para todos os servidores, pois é ele quem garantirá o seu futuro, bem como o futuro de seus familiares; pontua que enquanto Conselho faz a representatividade do servidor; comenta que ficou surpresa com a destituição do ex-Presidente do Ipremb Renato Lanza assim como não entendeu os motivos que levaram a este acontecimento; fala que após a visita da Polícia Federal ao Ipremb ficou sem entender o que estava acontecendo de fato, que "ficou sem rumo, sem chão"; que buscou, em nome do Conselho Municipal de Previdência respostas e informações, mas que não conseguiu obtê-las. Informa que recebeu correspondência do SindUte solicitando cópia do Relatório Técnico Conclusivo da Comissão de Averiguação, enquanto Presidente do CMP, e que da mesma forma foi encaminhado ao Ipremb. Informa que expediu ofício em resposta ao SindUte, encaminhando documento assinado pelo senhor Robspierre Miconi Costa, Secretário Municipal de Auditoria e Controle Interno do Município, e integrante da Comissão. Informa que posteriormente também recebeu resposta expedida pela presidência do Ipremb. Nesse momento faz a leitura dos ofícios de resposta recebidos. O conselheiro Sérvio Tulio comenta que o documento não traz nenhuma explicação. A Presidente do CMP Ellen Ises explica que o importante é levar ao conhecimento de todos o que se tem de informação, que ela fica sem reação por não ter esclarecimentos. A conselheira Margareth toma a palavra dizendo que quer expor sua opinião, fala que ficou indignada com a destituição do ex-Presidente do Ipremb Renato Lanza pela forma como a mesma ocorreu, que o Instituto apresentava um corpo técnico muito bom, informa que procurou saber o que aconteceu, fala que a Presidente do CMP Ellen Ises foi a porta voz dos conselheiros, mas que a mesma não obteve informações, comenta que o que apaziguou o estado de indignação em que se encontrava foi a vinda da pessoa da nova Presidente do Ipremb, senhora Letícia, que é uma boa gestora. Fala que o modo como a situação foi conduzida foi ruim para todos, que colocou em xeque todo o Instituto, e que todo o Conselho fica prejudicado. Pontua que a Polícia Federal pode "bater à porta" de qualquer instituição pública, que este

fato por si só não quer dizer que o gestor seja culpado. Reafirma que considera importante que o pedido feito pelo SindUte seja respondido; fala que o Relatório Conclusivo deve ser disponibilizado a todas as pessoas, à sociedade em geral, especialmente em atendimento ao princípio da publicidade. Salienta que a Comissão foi instituída pelo executivo municipal, nomeada por meio de Decreto e publicado no Órgão Oficial do Município, não sendo criada para fins particulares e, portanto, qualquer que seja o resultado das apurações tem que ser repassado à todos os cidadãos. A Presidente do Ipremb Letícia diz que também quer saber o que aconteceu, pontua que existem contratos firmados pelo Instituto que não são completamente utilizados, que existem investimentos frágeis, que neste primeiro momento a nova gestão está destrinchando toda a carteira de investimentos, pois possuem fundos que em determinado momento apresentam uma ramificação muito grande, sendo subdivido em muitos outros fundos. Diz que está fazendo análise cuidadosa para produzir documentos importantes para apresentar aos Conselhos, porém esse levantamento é demorado. Passa a comentar acerca das informações que recebeu do Congresso de RPPS's que foi realizado no mês de março passado, pontuando que o mesmo ocorreu, mas não foi apresentado nenhum documento de prestação de contas, não tendo informações claras sobre os valores, todo o montante utilizado foi adquirido por meio de patrocínio, mas não se sabe quem fez doações e os respectivos valores. Ressalta que é preciso tomar muito cuidado, pois no caso de qualquer responsabilização, o CPF de todos está incluído, inclusive dos conselheiros. Comenta a necessidade da reforma administrativa, pontuando a criação de seção responsável pela elaboração do cálculo atuarial, pois não podemos ser dependentes de consultoria contratada, que tal consultoria seria apenas para auxiliar. Diz que gostou de terem citado a necessidade de realização do concurso público, pois o Instituto precisa muito de funcionários para dar andamento aos serviços. Fala que o corpo técnico do Ipremb é excelente e conta com o apoio de muitos servidores cedidos, possui servidores capacitados, que se desdobram para realizar os serviços, mas que devido ao crescimento do Instituto é necessário fazer a reforma administrativa, assim como fazer o concurso público. Pontua que no próximo ano deve ocorrer um "boom" de aposentadorias, principalmente dos servidores que ingressaram através do concurso realizado no ano de 1992. Fala da atual dificuldade de captação de valores de contribuições, uma vez que existem muitos funcionários contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, cuja contribuição é destinada ao INSS, e não ao Ipremb. Salienta que é importante que o Instituto conte com o apoio dos conselheiros, bem como a importância de que os mesmos sejam capacitados. O conselheiro Sérvio Tulio pergunta se houve mudança no Comitê de Investimentos –

Cominv. A Presidente do Ipremb Letícia responde que sim, que o servidor Adenilson Carvalho Oliveira Santos ocupará o cargo de Presidente do Cominv em substituição ao servidor Rômulo Ernane Batista Silva e que o número de membros do Comitê foi aumentado em dois. A conselheira Margareth questiona se houve troca de servidores ocupantes de cargos comissionados. A Presidente do Ipremb Letícia responde que foram mantidos os gestores da Auditoria e Controle Interno, senhora Isabela Lara Ferreira, da Divisão de Ouvidoria, senhor Mateus Felipe dos Santos, da Divisão de Contabilidade, senhora Camila Francisco Nolasco, da Divisão de Benefícios, senhora Josiane de Freitas Amâncio. Quanto à Assessoria Jurídica, a senhora Rita Júnia da Costa Silva Moraes assumiu em substituição ao Assessor Jurídico Alisson Roberto Diniz Ferreira, e o servidor Adenilson assumirá a Divisão de Investimentos em substituição ao servidor Rômulo Ernane Batista Silva, conforme já mencionado. O conselheiro Cirilo avalia que seriam mais convenientes as funções gratificadas, uma vez que no caso de cargos comissionados puros a contribuição previdenciária não é vertida para o Ipremb. A Presidente do Ipremb Letícia pondera que muitas vezes não há interesse do servidor efetivo em assumir função gratificada por se mostrar financeiramente desvantajoso. O conselheiro Cirilo comenta que participou do processo de transição do governo e que à época sugeriu estudo sobre criação de funções gratificadas, pontua que muitas vezes é mais conveniente ao servidor efetivo trabalhar em regime de horas extras do que assumir função gratificada. O conselheiro Mauro Reis sugere voltar à pauta proposta à reunião para não se perder a objetividade. Comenta que entende que, por se tratar de ação da Polícia Federal o Município provavelmente ainda não tem resposta clara e definitiva, por isso não existiria um relatório final. Pondera que, de toda forma, o Conselho tem o direito de saber de todas as informações, muito embora os membros que compõem este Conselho não estivessem nomeados à época em que ocorreram as aplicações nos fundos investigados. Fala que tão logo haja esclarecimentos ou resultados referentes à ação, o Conselho deve ser informado. A conselheira Margareth comenta que o Poder Executivo é corresponsável pela aplicação no fundo Sculptor, uma vez à época que não existia Conselho formado que pudesse deliberar sobre a aplicação. O conselheiro Mauro Reis fala que acredita ser natural como o fato ocorreu, que diante dos indícios, por cautela do Poder Executivo ocorresse o afastamento da Presidência do Instituto sendo fato comum, e pondera novamente que assim que se obtenha uma resposta que o Conselho seja informado. Fala que o problema com relação aos questionamentos é que as respostas expedidas pelo município foram mal elaboradas, até mesmo porque ainda não existe resposta definitiva. O conselheiro José Ivan ressalta que os Conselhos foram tratados com desrespeito, que estes merecem ser tratados com mais zelo, com mais cuidado por

parte da administração. Pontua que o CMP se mostra capacitado, que é bem representativo. Menciona que caberia autocrítica ao Conselho por não ter publicado a nota elaborada conjuntamente com o Conselho Fiscal, conforme fora determinado anteriormente. Diz entender que o Executivo tem competência para exonerar e nomear o Presidente do Ipremb a qualquer tempo. Diz acreditar que a mencionada nota ainda deve ser publicada, em defesa do próprio Instituto, para dar resposta aos servidores, pois a mesma não está questionando a apuração pela Polícia Federal. Cita que considera existirem problemas mais urgentes para serem tratados do que a reforma administrativa. Começa citando a necessidade de realização do concurso público, pois o número de contribuintes para o INSS é muito grande; fala que outro problema é o fato de possuirmos o CRP judicial; pontua o problema do processo de aposentação dos servidores, dizendo que o fato do servidor requerer sua aposentadoria já preenchendo todos os requisitos legais e continuar em atividade pode configurar como uma espécie de prestação de serviço ou contrato com o município, uma vez que após concluído o processo a data a ser considerada da aposentadoria será a do requerimento; fala que o correto é o Instituto proceder o pagamento retroativo desde a data do requerimento, que a forma como está sendo feito está gerando um passivo ao Instituto, uma vez que o servidor pode entrar com processo judicial. A Presidente do Ipremb Letícia esclarece que estes procedimentos já estão sendo revistos, já foram discutidos junto ao Jurídico do Município. Comunica que a proposta de alteração consiste na solicitação de estudo prévio por parte do servidor, que será analisada de forma mais criteriosa e completa, com a apreciação de toda a sua vida funcional. Com o estudo prévio concluído e constatado que o servidor preenche os requisitos para aposentadoria, caso seja de seu interesse ele já poderá requerer a aposentadoria e passará a receber pela folha de pagamento do Ipremb, se afastando de suas funções e aguardando tão somente a instrução formal do processo e a publicação do ato. O conselheiro Marco Aurélio comenta que o servidor deveria ser orientado quando ainda estivesse em atividade a levar toda documentação para fazer averbação de outros tempos de serviço no momento em que fosse requerer sua aposentadoria. A Presidente do Ipremb Letícia informa que com a alteração dos procedimentos isso é o que passará a acontecer no momento em que vier requerer o estudo prévio. O conselheiro José Ivan retoma a palavra dizendo que a forma como ocorreu a mudança de gestão do Ipremb configurou risco de imagem para o Instituto, não afetou a parte dos investimentos, mas a maneira como toda a situação, desde a vinda da Polícia Federal à sede do Ipremb foi exposta na mídia local, arranhou a imagem do Ipremb, não houve o cuidado necessário com essa imagem. Passa a comentar a situação da Compensação Previdenciária – COMPREV. Pontua que em um

determinado momento no passado, o Instituto conseguiu reaver um valor considerável junto ao INSS e depois nada mais foi deferido. Explica que o COMPREV trata-se da compensação previdenciária ou repasse financeiro que ocorre entre dois órgãos quando ocorre aposentadoria de um servidor, tendo o mesmo contribuído um determinado período para outro órgão. Salienta que na época em que o Ipremb conseguiu resgatar o valor foi necessário que dois servidores deste Instituto atuassem dentro do INSS em Contagem, trabalhando para que fosse possível o andamento do serviço e a liberação do valor, uma vez que lá também existe carência de funcionários. A conselheira Margareth pontua que em época passada também esteve naquele órgão, junto com a Presidente do CMP na ocasião, senhora Renata Franco, onde as mesmas apresentaram planilhas com os valores devidos. O conselheiro José Ivan pontua que os conselheiros necessitam de mais formação para entender como funciona a parte dos investimentos, bem como solicita que sejam apresentados mais dados sobre as concessões de benefícios. Traz à discussão o problema relativo às contribuições previdenciárias dos servidores que são cedidos sem ônus para o município a outros órgãos. Pontua que o problema é complexo e que o Ipremb não tem o controle devido sobre as contribuições e geralmente, os salários base para contribuição encontram-se defasados. O conselheiro Cirilo pontua que o Ipremb já oficiou à Secretaria de Administração diversas vezes acerca dessa situação, porém a demanda não chega até a Procuradoria-Geral para executar. Os órgãos cessionários deveriam ser informados pelo município dos valores e atualizações quanto aos vencimentos dos servidores para fixação das bases de contribuições. O conselheiro Mauro Reis sugere, com relação ao COMPREV, que o processo deveria iniciar-se no momento em que o servidor fizesse o requerimento da aposentadoria, informando se existe algum tempo de contribuição ao INSS para agilizar os procedimentos. Em relação aos cedidos, pondera que os problemas são muitos. A conselheira Margareth questiona se seria possível o Ipremb pagar servidores que pudessem prestar serviços dentro do RH do município, fazendo os procedimentos de controle quanto à cessão de servidores. Ressalta novamente que fica feliz por saber que é desejo do Conselho a realização de concurso público. Comenta que há muita carência de funcionários fazendo com que os processos demorem muito, ocasionando reclamações na Ouvidoria. A conselheira Margareth pergunta se é a Procuradoria-Geral do Município quem controla as cessões de servidores. A Presidente do Ipremb Letícia fala que não há um controle efetivo, nem sempre os processos de cessão chegam até a PROGEM, mas geralmente os procedimentos são realizados junto à Secretaria Adjunta de Administração. Como ela própria estava à frente da Superintendência de Convênios do Município diz que tinha uma pessoa responsável por cobrar informações desses

cedidos, porém é difícil obter resposta. Cita o exemplo dos convênios guarda-chuva onde os processos deveriam ser alimentados com as informações dos servidores que eram cedidos e quando retornavam, mas isso na prática não acontece. A Presidente do CMP Ellen Ises comenta que na Secretaria Municipal de Educação atualmente já existe um controle melhor com relação às cessões. Salienta que no próximo ano ocorrerão muitas aposentadorias e que dessa forma, a Educação não sobrevive sem concurso. O conselheiro Mauro Reis pondera que, extraindo o que foi dito, deveria haver um intercâmbio com o RH para maior controle das cessões. Comenta que na época em que ocupou o cargo de Secretário Municipal de Saúde as cessões eram feitas por meio de abertura de PA, o qual iria para o setor de trabalho do servidor para conhecimento da chefia e deveriam conter ainda, um parecer liberando aquele servidor. Fala que nos últimos anos o processo foi se organizando de uma forma melhor. O conselheiro Mauro Reis pontua que se os dados de cessão existem, estes devem ser resgatados e atualizados e finaliza ressaltando a importância do trabalho em parceria com o RH e o processo de formalização de cessão. Nada mais havendo a tratar e reafirmada a antecipação da Reunião Ordinária do mês de junho de 2018 para o dia 15 de junho, às 9 horas, na Sala de Reuniões do Ipremb, a Presidente do CMP Ellen Ises encerrou a sessão. E, para constar, lavrei a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representantes do Conselho Municipal de Previdência:

Ellen Ises Mendes – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP

Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo

Cirilo Moreira Júnior – titular representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Sérvio Tulio Sendin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Letícia Fonseca de Paula Lima – Presidente do Ipremb

Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva

Alessandra Cassimiro Drumond

Isabela Lara Ferreira – Auditora e Controle Interno

Helenice Quaresma Silva – Secretária para o ato.

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL
DO MUNICIPIO DE BETIM
Dia 13/09/18
Edição: 1635
Assinatura Servidor Matricula